

# Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

## 2.º Julgado da 2.ª Vara Cível

### Processo n.º 1234/24.5T8LSB

**Autor:** XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda., NIF 504 321 987, com sede em Avenida da Liberdade, 45, 1250-147 Lisboa.

**Réu:** ABC – Consultoria Empresarial, Lda., NIF 508 654 321, com sede em Rua de Santa Catarina, 112, 1200-450 Lisboa.

**Mandatários:** Dr. João Silva – OA 12345, Dra. Maria Fernandes – OA 67890.

Lisboa, 12 de abril de 2024

---

## DESPACHO DE LEVANTAMENTO DA PENHORA

**Vistos** os autos do processo declarativo de incumprimento de contrato de prestação de serviços, em que XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda., figura como requerente e ABC – Consultoria Empresarial, Lda., como requerida, bem como o pedido formulado pela parte autora, datado de 30 de março de 2024, para **levantamento da penhora** que recai sobre o bem imóvel situado na Rua da Boavista, n.º 78, 3.º esquerdo, 1050-063 Lisboa, registrado sob o folio 12345 do Registo Predial de Lisboa, bem como sobre a penhora de valores bancários existentes na conta N.º 00123456789, do Banco Português de Investimento (BPI).

### Considerando que:

1. O requerente alegou, em sua petição inicial, a existência de incumprimento grave por parte da ré, motivo pelo qual requereu a **resolução do contrato**, a restituição dos pagamentos antecipados e a **penhora** dos bens acima referidos, a fim de garantir a futura execução da sentença.
2. Em 15 de março de 2024, foi proferida decisão interlocutória que determinou a **penhora** do referido imóvel e dos valores bancários, com a consequente expedição de mandado de penhora.
3. Em 28 de março de 2024, a parte autora apresentou **pedido de levantamento da penhora**, sustentando que a penhora se tornou **desnecessária** face à possibilidade de acordo extrajudicial já em negociação avançada entre as partes, bem como alegando que a manutenção da penhora estaria a causar prejuízos irreparáveis à atividade empresarial da ré.
4. A parte requerida, por sua vez, apresentou contestação ao pedido de levantamento, argumentando que o acordo ainda não foi formalizado, que a penhora continua a ser medida cautelar adequada para assegurar o cumprimento da eventual condenação e que a retirada da penhora poderia comprometer a efetividade da futura execução.
5. Nos termos do artigo 792.º do Código de Processo Civil, a medida cautelar de penhora pode ser levantada quando cessarem os fundamentos que a justificaram ou quando houver prova suficiente de que a sua manutenção seja desproporcional ou cause prejuízos excessivos às partes.
6. Foi realizada audiência de conciliação em 5 de abril de 2024, na qual as partes manifestaram intenção de celebrar acordo, tendo sido apresentado um esboço de termo de acordo que prevê a quitação parcial dos valores devidos, bem como a devolução dos bens penhorados, mediante depósito de garantia bancária no valor de € 150 000,00 (cento e cinquenta mil euros).
7. O Ministério Público, interposto nos autos, não se opôs ao levantamento da penhora, reconhecendo a boa-fé das partes e a plausibilidade do acordo proposto.

**De acordo com o exposto**, e tendo em conta a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal de Justiça no sentido de que a penhora cautelar pode ser levantada quando houver demonstração de que o risco de incumprimento da obrigação principal está mitigado, **decido**:

1. Levantar a penhora que recai sobre o imóvel sito na Rua da Boavista, n.º 78, 3.º esquerdo, 1050-063 Lisboa, bem como sobre os valores bancários existentes na conta N.º 00123456789 do Banco Português de Investimento (BPI).
2. Determinar ao Oficial de Justiça que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, proceda à liberação do bem imóvel e à desbloqueio dos valores bancários, mediante a expedição de respetivos documentos de liberação.
3. Notificar as partes, por intermédio dos seus mandatários, de que o levantamento da penhora será efetivo a partir da data da prática dos atos de liberação, ficando a parte autora responsável por eventuais custos processuais referentes ao levantamento, os quais deverão ser suportados pela parte requerida, nos termos do artigo 794.º, n.º 3, do CPC.
4. Determinar que, caso o acordo definitivo não seja formalizado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da presente decisão, a parte autora poderá requerer nova medida cautelar, inclusive a reinstauração da penhora, sem prejuízo de outras medidas de garantia que julgar pertinentes.
5. Arquivar os autos com reserva de direito, nos termos do artigo 330.º, n.º 1, alínea “c”, do CPC.

Notifique.

---

**Juiz de Direito**

Dr. Luís Azevedo Pereira

---

*Certifico que o presente despacho foi publicado em data de 12 de abril de 2024, e que as partes foram devidamente notificadas nos termos da lei.*